

Fronteiras da Fé: Disputas Socioespaciais em Aparecida, Terra da Padroeira do Brasil

Borders of Faith: Socio-spatial Disputes in Aparecida, Land of the Patron Saint of Brazil

Pedro Ribeiro Moreira Netoⁱ

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos, Brasil

Antonio Carlos Guimarãesⁱⁱ

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos, Brasil

Valéria Regina Zanettiⁱⁱⁱ

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos, Brasil

Resumo: Aparecida, cidade do Vale do Paraíba Paulista, nasceu de circunstância fortuita – o achado de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição nas águas do rio Paraíba do Sul. O presente estudo aborda seu processo de urbanização em que a disputa pelo território de maior centro de peregrinações do Brasil se opõe a segmentos da Igreja Católica e Governo Municipal. O enfrentamento gerado entre a fé e as necessidades de sobrevivência se desloca então para as necessidades contemporâneas, estruturadas sob um território em conflito. Apoiado em pesquisas bibliográficas e na análise de documentos do poder público e da Igreja Católica, além de pesquisas de campo, este artigo colabora para o estudo das contradições da cultura e dos espaços gerados nestes novos tempos.

Palavras-chave: Disputas Territoriais; Sagrado e Profano; Espetacularização da Fé; Sacralização do Espaço.

Abstract: The city of Aparecida, located in the Paraíba Valley of São Paulo State, was born from a fortuitous circumstance: the recovery of an image of Our Lady of Conception in the Paraíba River. This study addresses processes of urbanization in what became the largest pilgrimage center in Brazil where territorial disputes arose between the Catholic Church and Municipal Government. Over time the initial dispute between the needs

ⁱ Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento pedroribeiromoreira@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0659-5549>

ⁱⁱ Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. ac.guimaraens@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7144-1378>

ⁱⁱⁱ Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da UNIVAP. valzanetti.zanetti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2968-9342>

of faith and the needs of making a living has shifted to conflict involving contemporary necessities. The study is based on bibliographic research, the analysis of governmental and Catholic Church documents and field research and contributes to understanding contemporary cultural and spatial contradictions.

Keywords: Territorial Disputes; Sacred and Profane; Spectacularization of Faith; Sacralization of Space.

Introdução

Estando próxima a Páscoa dos judeus, subiu Jesus para Jerusalém. E encontrou no templo os que vendiam bois, ovelhas e pombas e também os cambistas assentados; tendo feito um azorrague de cordas, expulsou todos do templo, bem como as ovelhas e os bois, derramou pelo chão o dinheiro dos cambistas, virou as mesas e disse aos que vendiam as pombas: Tirai daqui estas coisas; não façais da casa de meu Pai casa de negócio.

JOÃO, 2:13-17

O episódio da expulsão dos vendilhões do Templo de Jerusalém, comentado no evangelho de João, constitui uma manifestação extrema. Diferente da narrativa dos demais evangelistas, João descreve um Jesus Cristo transtornado a ponto de improvisar um chicote feito de cordas em um ato de explícita violência, único em todas as referências canônicas. Por outro ponto de vista, o caso relata um momento determinante na história do Cristianismo. Nesse episódio, o nazareno se impunha contra a tradição judaica que permitia no Templo o comércio de animais e o câmbio de moedas, ação esta que altera o espaço estritamente sagrado na visão cristã: “a casa de meu Pai”.

Este estudo trata das atividades e contradições existentes nas práticas religiosas entre os temas marcados pela economia e aqueles do domínio da fé. Mais diretamente, volta-se para o conflito territorial em que o segmento da Igreja Católica, expresso pela Arquidiocese de Aparecida e a administração do Santuário Nacional, se confronta com o Governo Municipal de Aparecida, considerada o maior centro de peregrinações do Brasil.

Desde a Antiguidade, os grandes deslocamentos humanos, exceto os das campanhas militares, caracterizavam-se como viagens de comércio e peregrinações. O Cristianismo, de modo geral, e a Igreja Católica Romana, em particular, consideram as viagens de motivação religiosa como expressões mais verdadeiras e concretas da fé.

Com o decorrer dos séculos, apareceram novos locais de peregrinação, situados notadamente na Europa, principal espaço da expansão cristã, em função de passagens consideradas milagrosas ocorridas durante o período medieval. Assis, na Itália; Santiago de Compostela, na Espanha; Fátima, em Portugal, são alguns desses destinos. Com a chegada dos europeus, e conseqüentemente do catolicismo, na América, logo pontuaram, nesse continente, locais sagrados dessa religião. Nossa Senhora de Guadalupe,

no México, e Nossa Senhora Aparecida, no Brasil, são os destinos mais visitados da fé católica no Novo Mundo.

A dimensão religiosa se relaciona com a forma de compreensão da diversidade social e regional da fé católica no país, que corresponde a uma das facetas da identidade nacional oriunda da colonização portuguesa, quando o catolicismo teve o caráter de religião oficial, particularmente fortalecido durante o Segundo Império. No entanto, nos dias de hoje, essa religião enfrenta a perda de fiéis para outros credos, fato que confere às suas manifestações mais grandiosas não apenas uma demonstração de poder, mas a verdadeira artilharia com a qual o catolicismo, tal como se consolidou no Brasil, busca combater, principalmente no tocante às igrejas evangélicas pentecostais, com o intuito de preservar seus espaços e fiéis.

Vale então se perguntar como o “sagrado” e o “profano” se articulam na estruturação de cidades que são destinos de peregrinações. No caso brasileiro, pode-se também mencionar Juazeiro do Norte (CE), local para onde convergem os devotos do Padre Cícero Romão, ou Bom Jesus da Lapa (BA). Mas, o caso mais emblemático talvez seja mesmo o de Aparecida, município situado no Vale do Paraíba Paulista e referência maior da Igreja Católica no Brasil.

Este artigo se divide em três partes. A primeira está embasada em pesquisa bibliográfica, com contextualização histórica, desde a origem do povoado até a sua transformação em cidade da forma como hoje se apresenta. Ligada às expressões da fé católica e à devoção à Santa, Aparecida passa a receber o crescente afluxo de peregrinos e romeiros que a conduzem a se constituir em “símbolo” nacional. A segunda parte, reservada a reflexões de base teórica, trata não somente da apropriação da religiosidade popular pelo mercado, ao fazer das expressões da fé item de consumo, chamado hoje de turismo religioso, como também da condução do velho centro urbano para as transformações que passam a alterar as relações sociais em seu território. Na terceira e última parte, é tratado o processo em que o espaço urbano extrapola a escala do local ao transformar seu complexo edificado em interesse global, caracterizando, assim, os conflitos socio-territoriais de forma mais evidente. Nesse momento, apoiado em observações *in loco*, inclusive com produção de material etnográfico e participação em eventos de cunho religioso e discussões sobre o planejamento urbano na cidade, são tratados os conflitos que se acirram na atualidade e as contradições entre as diferentes esferas de poder, a Igreja Católica e o Governo Municipal, na condução e tentativas de interação entre territórios e sociedades em conflito.

Aparecida: de uma Origem Singela à Terra da Padroeira do Brasil

A história do município de Aparecida se confunde com a história de Nossa Senhora Aparecida, “Padroeira e Protetora do Brasil”. Tudo começa quando as partes, cabeça e corpo, da imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira de Portugal e de muitas cidades brasileiras, foram encontradas, em 1717, nas águas do rio Paraíba do Sul, presa nas redes de pescadores, em terras que, então, pertenciam ao termo de Guaratinguetá.

Em seus primeiros tempos, a imagem perambulou por oratórios particulares, pela Matriz Santo Antônio, em Guaratinguetá, até que, em 1745, foi acolhida na Capela

d'Aparecida recebendo a autonomia religiosa. Marcando a devoção ao fato e à tradição de muitas religiões de se reservarem aos espaços sagrados os terrenos mais altos, o templo foi erigido no Morro dos Coqueiros, de onde se avistava o porto de Itaguaçu, local do encontro da imagem. Estabeleceram-se então, em 1828, os primeiros pousos dirigidos a fiéis e peregrinos que, somados aos residentes, formaram o povoado já com o nome de Aparecida, ganhando autonomia política para se tornar município.

A partir de então, essa primeira capela do Morro dos Coqueiros teria papel fundamental na morfologia urbana de seus primeiros tempos. À frente da capela, abria-se a praça que, do lado oposto, engastava a ladeira por onde se descia a colina em direção ao rio Paraíba. Com reformas e acréscimos, a capela assume dimensões de igreja e, em 1888, com nova obra, inaugura-se a basílica, que substituiria as formas mais antigas. A nova configuração trazia então um conjunto urbano que acrescentava ao espaço do velho templo e à praça principal da cidade novas ruas e travessas, como nos moldes de grande parte das cidades brasileiras daquela época (Figura 1).



Figura 1 – Aparecida, cerca de 1920.

Fonte: Centro de Documentação e Memória Santuário Nacional (Tombo18).

Tudo isso, entretanto, aconteceria em um espaço exíguo. Essa escassez de espaço urbano de Aparecida teve origem em seu próprio sítio geográfico. Estava constrita, por um lado, entre o rio Paraíba do Sul e suas várzeas e, por outro, pelos primeiros contrafortes do Planalto Atlântico. À cidade, assentada em uma estreita faixa de terra, foram somando, ao longo dos tempos, novos elementos que passaram a disputar e condicionar seu espaço. No final do século XIX, foi implantada a ferrovia, passando ao largo das margens do Paraíba. Se, por um lado, a estrada de ferro possibilitava maior afluência de fiéis

e peregrinos; por outro, abria uma nova frente de ocupação e estreitava ainda mais a faixa capaz de receber atividades urbanas. Na primeira metade do século passado, foi a vez da construção da primeira rodovia ligando São Paulo ao Rio de Janeiro reforçar a forma alongada da trama viária de Aparecida. Finalmente, em 1950, a implantação da Rodovia Presidente Dutra acabou por criar a derradeira barreira à expansão na sua zona urbana.

Para a população da cidade e região, era nesse escasso e disputado território que se esboçavam novas atividades tornadas possíveis pelo incremento do comércio e serviços dirigidos à atenção do crescente número de romeiros que passaram a se dirigir ao novo centro religioso. A atividade comercial, tanto o aluguel de quartos em pousadas e pensões, como a venda de *souvenirs*, se davam pela ação das pequenas instalações, lojas e vendas conduzidas por comerciantes locais ou de Guaratinguetá, só que em pequena escala conforme o empreendimento local possibilitava.

Em 1894, parte do clero brasileiro solicitou novos missionários para o Brasil, o que foi atendido pelos padres redentoristas da Baviera, região do sul da Alemanha. Desses pioneiros germânicos, seis deles se dirigiram para Aparecida, fazendo com que, a partir daí, ao assumir a administração do Santuário, passassem a se ligar definitivamente à história de Nossa Senhora Aparecida e da própria cidade.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século seguinte Aparecida passou a receber cada vez mais visitantes e romeiros. Para tanto, muito contribuiu o decreto do Papa Pio XI, em 1930, que proclamava Nossa Senhora Aparecida como “Padroeira do Brasil”. No entanto, a difusão de Aparecida como lugar sagrado e, da santa, como representação nacional, se consolida não por meio da oficialização do vaticano e das peregrinações, mas da transposição de denominações, invocações, devoções ou reproduções de iconografias hagiográficas que ultrapassaram as fronteiras da cidade de Aparecida, nos moldes da projeção geográfica e simbólica do Santuário de Fátima, estudado por Maria da Graça Mouga Poças Santos (2008), em Portugal.

Em Aparecida, a dimensão relacionada à cidade como símbolo nacional se inscreve no plano político. Essa consagração viria a contribuir com os anseios do presidente Getúlio Vargas que, desde outubro de 1930, passaria a governar o país. Em seus planos, Vargas, que nunca se professou católico, inseriu a proclamação do Vaticano em seu projeto para o Brasil como um estado nacional, coeso sob sua direção, contudo, carente de símbolos que consagrassem seus objetivos. Nesse sentido, a consagração da “Rainha do Brasil”, agora com a bandeira nacional cruzada com o pendão do Vaticano, bordados em seu manto, concorreria plenamente (Figura 2).

Durante a primeira metade do século XX, a afluência de romeiros só fez aumentar. Neste período, a praça da basílica já não era suficiente para receber tantos visitantes. Aos poucos, seu espaço foi tomado pelo aumento do número de lojas, bancas de pequenas lembranças e fotógrafos de rua. Assim forçou-se a verticalização da velha praça em novos hotéis que, substituindo antigas pensões, passaram a alterar a paisagem encobrimdo, paulatinamente, seu elemento maior, a própria basílica.

Aparecida foi se convertendo, aos poucos, em espaço sagrado, entendido conforme a noção de Zeny Rosendahl (1996, p. 81), “como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência”. Elemento de produção do espaço, o sagrado,

expressão de fé e devoção, ampliou a sua eficácia e alcance, cuja produção, circulação e consumo de mercadorias ligadas aos aparelhos da fé se tornam instrumentos voltados para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social. Das visitas espontâneas e romarias improvisadas em caminhões à moda dos “pau-de-arara”, ou das peregrinações organizadas em cavalgadas, adentra-se na era de um então nascente modo específico de turismo, hoje chamado “religioso”.



Figura 2 – Imagem de Nossa Senhora.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2019).

De forma efetiva, no curso de evolução da cidade de Aparecida, o papel desempenhado pela religião foi essencial. Rosendahl (2018, p. 54), tratando da origem das cidades ao longo do tempo, enfatizou que, junto com as cidades, cresceu tanto o poder sagrado quanto o poder temporal, exigindo a necessidade de controlar o ambiente pelas autoridades que se ocupavam dessa função. O sacerdote e o monarca, ressaltou Rosendahl (IDEM), “muitas vezes, unidos numa só função e cargo, desfrutavam de maior autoridade”. Não seria nenhuma blasfêmia fazer qualquer associação dessa natureza com o que ocorre em Aparecida.

No processo de reestruturação da trama urbana de Aparecida, a partir de 1960, polarizado pelo projeto e pela construção da nova – e atual – Basílica Nacional, a nova configuração espacial revela o lugar que a cidade passou a ocupar em projetos políticos, laicos ou religiosos, conjugados a interesses de ordem econômica. O que ocorre é que, na antiga formação urbana, o centro dos anseios da fé se confundia com o centro da própria cidade, representado no plano concreto pela praça culminada pelo templo. De certa forma, poder-se-ia dizer que as atividades seculares e religiosas se estabeleceram ao longo dos anos de modo complementar, não concorrente. Em um mesmo espaço

desenvolveu-se, em torno da “Basílica Velha”, a trama diversificada, característica de muitas formações urbanas brasileiras, principalmente no Vale do Paraíba, onde o traçado das ruas e ladeiras ganharam o terreno de modo orgânico ao amoldar-se ao relevo e às qualidades do terreno. Igualmente diversificadas são as atividades que por aí se instalam: hotéis e pensões, bares e restaurantes populares, lojas do varejo cotidiano e ambulantes, principalmente fotógrafos que documentavam solenemente a passagem dos fiéis defronte à velha Basílica.

Já a proposta da nova construção, localizada desta vez no Morro dos Pitãs, passa a ocupar uma área periférica ao centro original. Em outras palavras, a nova organização secciona e exclui aquelas atividades que, durante décadas, haviam se mantido sobrepostas. Inadvertidamente, é o próprio município quem doa o vasto terreno que passa a ser administrado, em última análise, pelo Vaticano, com projetos submetidos e aprovados pela Comissão Pontifícia da Santa Sé. Com este ato, a administração pública não apenas separa e direciona um bem público em favor da iniciativa privada, mas abre mão da administração deste território, contrapondo-se ao usufruto de sua população.

O novo projeto lança o espaço urbano de Aparecida para outra escala e dimensão. À organização de crescimento orgânico do espaço tradicional se opõe agora a nova ordem, abstrata, geometrizada e direcionada a uma nova postura governamental, muito além da rotina do município, alinhada a uma nova fase do país enquanto projeto de nação.

Apesar da pedra fundamental da nova construção ter sido lançada em 1946 e o projeto arquitetônico de Benedito Calixto Jesus Neto apresentado ao público em 1951, as obras só tomaram força no final da década de 1950. Naquele momento já era claro que a escala do projeto não poderia se limitar à simples construção da nova basílica e seu terreno intramuros. É quando Aparecida assiste ao início da construção da nave central, que constituía apenas uma pequena parte da obra que viria a seguir, mas, por si já se projetava tão monumental que chocava seus antigos fiéis diminuídos na escala do espaço e distantes do objeto de suas devoções.

A nova escala das obras (Figura 3), impondo-se à cena da velha igreja da colina, tinha ainda um outro papel onde, mesmo que indiretamente, se alinhava com o projeto político de um outro Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que buscava expressar a “grandeza” do Brasil frente ao futuro de modernidade que se pretendia.

O projeto de Calixto Neto traz uma arquitetura religiosa convencional, aberta, portanto, sujeita a constantes acréscimos. Sua amplitude, muito além da monumental basílica dos traços originais, chega hoje a 72 mil m² de área construída (SANTUÁRIO, 2017). Mais ainda, dada a necessidade de adequá-la ao crescente afluxo de pessoas que atrai o novo templo, passa a se estender ao conjunto de espaço urbano. Assim, se implantou um projeto de construção progressivo e como se percebe ainda hoje, obras e acréscimos estão longe de seu término, se é que tal virá a ocorrer um dia.

Nascida pela fé, Aparecida foi se acomodando territorialmente, orquestrada pela força das representações religiosas e pela difusão da dimensão simbólica que transformou o turismo na principal atividade do município.



Figura 3 – Aparecida, construção da nova basílica na década de 1960.

Fonte: Centro Documentação e Memória Santuário Nacional

Turismo e Representação

A categoria conhecida como “turismo religioso” se caracteriza como um fenômeno originado por motivação religiosa, mas que, na prática, se viabiliza como uma atividade socioeconômica. Sua ação implica na reestruturação do espaço, pois é “indutora da organização espacial e da mobilização de fluxos populacionais” (CORIOLANO 1998, p. 21).

Em Aparecida, a atividade turística remete-se diretamente ao que Carlos Vainer classifica como cidade-mercadoria, em conjunto com o da cidade-empresa e o da cidade-pátria. Constituem na contemporaneidade o objeto do chamado Planejamento Estratégico muito antes desse formato se tornar a moda em voga na aurora do presente século XXI (VAINER 2009, p. 76-78). Como mercadoria, as cidades se vendem. É o caso de Aparecida, que se torna centro de peregrinação para os católicos. Como pátria, o contexto se apresenta com um grau maior de complexidade, uma vez que já não se trata mais de um esvaziamento dos conflitos, com o exercício do governo por uma liderança carismática, mas sim, da articulação de dois centros de poder. Um deles é secular, composto por representantes eleitos pelo processo da democracia representativa como essa se caracteriza no Brasil. O outro, é “sagrado”, conduzido pelos prepostos da liderança mundial da igreja católica.

Henry Lefebvre (2006) concebe o espaço como representação contínua da interferência das relações sociais de produção e reprodução que, à luz do capitalismo, são

relacionados em três níveis: da reprodução da força de trabalho, da reprodução biológica e da reprodução de relações sociais. Neste sentido, o espaço, a partir das relações sociais de produção e reprodução, apresenta a seguinte sobreposição: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação; três categorias dialéticas que expressam a dinâmica de uma sociedade, subdividida em produtores e usuários do espaço. Além disto, o que é de particular interesse na abordagem desse objeto, a cidade também se constitui como signo. Sua representação incorpora imagens do real e do imaginado, em seu processo de constante mudança, o que nos faz aproximar de Guy Debord (1997), quando aponta a comercialização de imagens da realidade, com a instituição de territorialidades simbólicas. De outra parte, Kevin Lynch (2011, p. 28) afirma que a imagem é “formada pelo conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver em determinado ambiente” e que, neste sentido, a imagem urbana não representaria toda a cidade, por ser fragmentada, parcial e selecionada. Sua representação como totalidade constituir-se-ia apenas por meio da espetacularização; uma representação que viabiliza sua apreensão como “cidade única”.

Sharon Zukin (2010) nos mostra tal evidência quando aborda ações de requalificação, conduzidas em estreita ligação com a indústria de entretenimento, como Times Square em Nova Iorque. Emerge daí a chamada arquitetura-espetáculo, não como a exaltação dos espaços de poder e religião, tal como ocorria na antiguidade, mas, conforme sua contribuição funcional e estética para formatar os ambientes urbanos, reforçando um processo de urbanização neoliberal onde arquitetura e uso do solo concorrem para transformar a cidade em espaço cenográfico.

Como cidade-mercadoria, Aparecida revela uma característica peculiar. De um total de 121,076 km² do conjunto do município, apenas 5,6 km² situam-se em área urbana. Nessa exígua faixa de terra urbanizada, se estima, juntam cerca de 36 mil habitantes (IBGE, 2019). Contudo, 1,35 km² desta área, ou seja, quase um quarto é ocupado pelo Santuário Nacional (Figura 4). Em seu perímetro urbano desenvolvem-se atividades religiosas e comerciais, direta ou indiretamente vinculadas ao turismo religioso. Como resultado deste contexto, a influência do Santuário não se restringe a seu entorno imediato, mas se projeta em todo o espaço urbano, muito além da área da influência direta de sua propriedade. No conjunto edificado, ainda que fora dos domínios do Santuário, atividades e espetáculos acabam por se vincular, mesmo que indiretamente, aos motivos religiosos. Trata-se, enfim, de uma cidade que gravita em torno dos anseios da Fé.

Na escala regional, tal influência se estende ainda às cidades próximas, caracterizando um conjunto que, apesar de origens distintas, acabam por definir um conglomerado voltado às atividades religiosas e dinamizadoras dessa forma de turismo. Tendo Aparecida como “epicentro” do movimento católico na região, além da devoção dos fiéis da padroeira, investe-se também na área da evangelização, da educação e do turismo religioso em si. Em Guaratinguetá, local de nascimento do religioso Frei Galvão, o primeiro brasileiro canonizado, encontra-se um novo local de atração de fiéis, o Seminário Frei Galvão, além de outros pontos ligados à vida do religioso. Em Lorena, o Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL, cuja origem nos remete à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, de 1952, desenvolve desde 2001 o curso “Educação para o Turismo”, dirigido a docentes das redes municipais. Por fim, Canas é a sede

A segmentação do território doado ao Santuário Nacional, entretanto, vai, pouco a pouco, alterar profundamente essa relação. Quando se fala em Aparecida, na verdade nos referimos a duas cidades outrora sobrepostas que agora, apartadas no espaço, definem territórios e relações que se confrontam. Uma, se organiza com os novos lugares de visitação, seguindo padrões globalizados e administrada pela Igreja. A outra, serve-lhe de apoio, abrigando a mão de obra e atividades que dão sustentação ao turismo religioso, no entanto, longe de seus benefícios. Estes espaços são aparentemente complementares, no sentido de que um oferece infraestrutura às atividades do outro, mas, no fundo, são concorrentes.

A maioria das atrações destinadas às atividades econômicas que deveriam, em princípio, pertencer ao conjunto da cidade e a ela verter tributos são de domínio estrito do Santuário Nacional. Como tal, gozam de isenções de impostos fato que implica diretamente em desvio de recursos que deveriam abastecer os cofres públicos. Entre estes podem ser citados: shopping center, arena de eventos, aquário, parque de diversões, museus, hotéis e outras atrações.

Com a arrecadação pública deficiente e incompleta, até mesmo ações de planejamento urbano para o conjunto do município tornam-se dependentes da administração e das finanças do Santuário Nacional,¹ razão suficiente para despertar reações divergentes entre setores da população. De um lado alinham-se, no senso comum, aqueles que acreditam que as obras executadas pelo Santuário são sempre “bem-feitas”, se pensadas em termos exclusivos de projetos e construção, sem que se questione seus processos e impactos sobre o conjunto da cidade conforme apresentadas em inúmeras reportagens da mídia impressa e televisiva regional (G1 – GLOBO, 2019). Já as ações da Prefeitura Municipal, consideradas pelo mesmo senso, não levam em conta as causas da arrecadação insuficiente dos cofres municipais. Consideram-nas assim precárias, ignorando que desde a doação do terreno à construção da nova Basílica foram exigidas ações básicas da administração pública como a instalação de delegacia de polícia, posto médico e de puericultura, ações dependentes do aporte de recursos do governo estadual, enquanto cabia à Prefeitura Municipal a realização do conjunto da infraestrutura adequada à recepção de turistas e romeiros. De posição oposta, outro grupo percebe as carências existentes na cidade secular justificadas pelo fato de que todas as atenções – e ganhos – são dirigidos às ações da Igreja e do Santuário, situação que tende a se agravar reproduzindo em escala local as discrepâncias encontradas de modo generalizado na estrutura socioespacial do conjunto do país.

De qualquer maneira, a devoção continua a movimentar um enorme contingente de pessoas, chegando a atingir cifras anuais superiores a doze milhões de visitantes. Entre os anos de 2014 a 2018, o Santuário manteve a recepção de cerca de 12 milhões de visitantes, correspondentes à média de 33 mil visitantes/dia, ou seja, quantidade, como citado, próxima da população residente no município (SANTUÁRIO, 2018).

Por tais ações, o Santuário, que tem sempre o discurso da “boa acolhida”, também se torna empreendedor da principal atividade econômica local, disponibilizando ao visitante opções sofisticadas de alojamento, como no caso do Hotel Rainha do Brasil com seus 333 apartamentos pelos quais se distribuem mil leitos. Outras, como o *shopping* Centro de Apoio ao Romeiro, são de propriedade e administração do Santuário. No

entanto, este entrega sua operação com o aluguel de boxes ao comércio ali instalado. Já outras, como o teleférico e o museu de cera, são propriedades transferidas conforme os preceitos da ordem econômica neoliberal, a operadores terceirizados. Igual procedimento se dá à exploração do Centro de Eventos; ao passeio de balsa pelo rio Paraíba, recentemente inaugurado, outro complexo turístico em torno de porto Itaguaçu. Aproveitando-se do apelo econômico ao local do encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição, desde julho de 2019, ao longo das margens do Rio Paraíba, no “Caminho do Rosário”, percorre o “Trem dos Devotos” e os pedalinhos dos “Devotos Mirins” (G1, GLOBO, 08/07/2019).

Existem ainda áreas de locação para eventos, produtos de sua gráfica e da Editora Santuário, a Rádio e a TV Aparecida. Tal situação acaba por transferir ao morador os valores praticados pelo mercado dirigido aos visitantes e, conseqüentemente, elevados para os primeiros. Mas, nem tudo pertence exclusivamente ao Santuário Nacional. Fora de seu território, mas pertencentes a outras instâncias da Igreja Católica, se inserem na trama urbana outros espaços relacionados às atividades religiosas: a Congregação do Santíssimo Redentor, o Seminário e Pousada do Bom Jesus, além de diversas casas e espaços destinados a retiro espiritual. São esses acréscimos que fazem de Aparecida um caso raro de constante acumulação de áreas privadas destinadas ao uso público. Tendo a fé popular como elemento de motivação acabou-se por criar um número crescente de atividades econômicas por demais distantes daquelas que estiveram na origem da própria cidade.

O aparecidense, embora conviva diariamente com os visitantes, ainda não participa efetivamente da geração de renda desta atividade econômica. Segundo o IBGE, a renda mensal per capita dos moradores que sobrevivem com até ½ salário mínimo mensal atinge 31,9% da população. Evidencia-se a interferência das ações promovidas pela administração do Santuário na dinâmica social da cidade quando: a) se torna limitador do espaço, com suas áreas “muradas” e atrações, terceirizadas e pagas; e b) como concorrente dos espaços públicos, proprietário das principais atrações de lazer disponíveis na cidade. Por sua vez, a administração pública, nas três escalas, se vê a reboque das ações da Igreja, promovendo investimentos em infraestrutura que beneficiam principalmente o público consumidor da principal atividade econômica ao invés do morador local. A conjuntura espacial que se desenhou para Aparecida atender à demanda do turismo religioso fez desta a principal atividade econômica, correspondente a 80% do produto interno bruto (IBGE, 2010), porém, criou igualmente um espaço dividido e excludente entre um Santuário, rico, e uma população, em geral, pobre.

No feudo murado do Santuário Nacional, a opulência das construções em formas e materiais sofisticados recebem não mais fiéis à moda antiga, mas seus novos substitutos, não mais romeiros, mas “turistas”. A mudança do perfil dos visitantes se comprova pelo aumento recente das áreas reservadas ao estacionamento de automóveis, particulares, com cerca de 45 mil metros quadrados, que já concorrem com os 54 mil metros quadrados reservados para o estacionamento de coletivos (SANTUÁRIO, 2017).

Enquanto isso, no entorno da antiga basílica, a ânsia pela ocupação predatória e extrema de um território escasso, somado por um lado ao descaso do poder público, mas em outro pela própria carência de instrumentos para enfrentar o desafio da organização

do espaço, permitiu o adensamento e a verticalização do velho centro guiado pela lógica do capital imobiliário, sem a menor consideração de critérios urbanísticos. Cercado de construções em arquitetura e construção de qualidade questionável, o resultado desta prática não poderia ser mais desastroso: a asfixia do velho templo, em sua elegância oitocentista, absorvido pela trama verticalizada da nova formação a ponto de mal ser distinguido naquele conjunto urbano. De certa forma, tal observação nos induz a questionar se face à “cidade espetáculo” intramuros do Santuário, a antiga Matriz Basílica já não desperta tanto interesse como outrora (Figura 5).



Figura 5 – A “Mãe Basílica” na atual volumetria urbana.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2018).

Entre 2017 e 2018, em novo esforço de planejamento, a Prefeitura Municipal promoveu a revisão do Plano Diretor vigente quando em suas diretrizes propunha maior controle da produção do espaço urbano aparecidense, principalmente ao que tange às áreas lindeiras às igrejas, tanto a Mãe Basílica quanto a Basílica Nacional. Contudo, apesar das inúmeras reuniões com a população e os mais variados setores da população, mesmo com a finalização da minuta de Projeto de Lei tal plano, por razões que fogem ao escopo deste estudo, não logrou êxito em sua aprovação, ou seja, Aparecida continua nas mãos de uma legislação urbanística omissa que tem dado continuidade aos problemas aqui analisados.

A construção da nova basílica não alterou substancialmente o antigo centro que manteve suas características seculares e populares. Mas, se aí o comércio se estabelecia em função da fé e a população trabalhadora se ocupava da comercialização de *souvenires* religiosos, livrarias, dos serviços de restaurantes e hotéis hoje tal situação vem se alterando.

Por depender do fluxo de turistas para garantir a sobrevivência de seu empreendimento os comerciantes em visível maioria vêm diversificando suas ofertas com a inserção de produtos que nenhuma relação guarda com a religiosidade dos devotos exceto e indiretamente o fato de seu fiel deslocamento para a cidade onde incrementam significativamente a demanda por artigos das mais diversas categorias (Figura 6).



Figura 6 – Comércio popular na praça em Aparecida.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2019).

Apesar da motivação religiosa que continua a permear quase todas as atividades da cidade, agora à antiga origem rural, típica da constituição cultural da região, se mesclam elementos de um novo mundo também rural, globalizado, onde disputam no território demarcado pelo comércio símbolos religiosos da tradição *versus* o mercado vulgar (Figura 7).

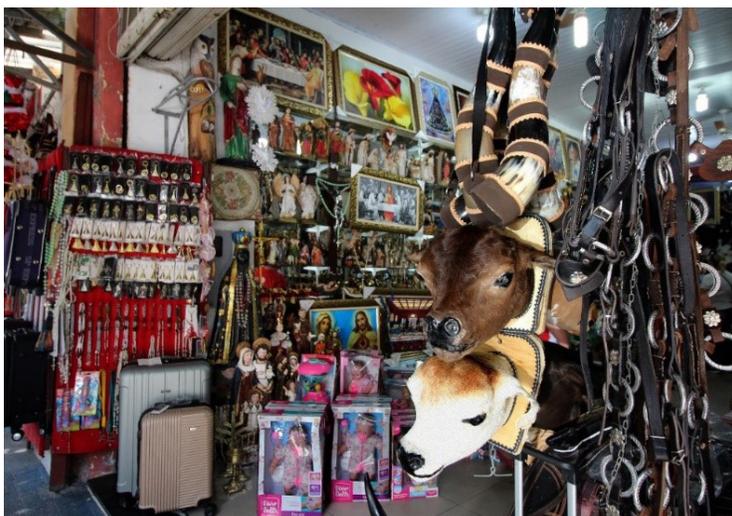


Figura 7 – Loja de variedades na rua do oitão da Mãe Basílica.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2019).

Exceto pela barreira constituída pela rodovia Presidente Dutra, não se consegue distinguir, como em muitas cidades brasileiras, uma morfologia urbana ou limites entre centro e periferia (Figura 8).



Figura 8 – Arquitetura típica da periferia deslocada para a região central.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2018).

A ausência de interlocução entre os atores envolvidos facilitou a especulação imobiliária na construção da paisagem urbana do velho centro que, entretanto, não se limita ao entorno da velha basílica. A voracidade na disputa pelo espaço restante, agora praticamente reduzido à sua ocupação vertical, já inicia a ocultação, por incrível que pareça, até do complexo arquitetônico da Basílica Nacional, apesar das escalas monumentais de seu conjunto (Figura 9). A se manter este modelo de produção do espaço, num futuro próximo, talvez a contemplação das construções religiosas seja possível apenas por meio da percepção feita do alto pelas cabines no teleférico, construído em 2014, que, apesar dos questionamentos do Ministério Público Federal, foi inaugurado para os festejos de 2014 (G1 – GLOBO, 2014/03).²

Uma de suas implicações mais diretas da disputa por espaço na cidade de Aparecida é a questão da moradia para grande parte de seus habitantes. Tendo o solo urbano legal alçado a valores impraticáveis às camadas populares, não restou a essas outra alternativa senão fugir para os espaços periféricos, evidenciados em formações urbanas periféricas tão comuns no Brasil, locais onde a “cidade ilegal” parte para a ocupação de morros e áreas geológicas instáveis, sujeitas a escorregamentos e erosão, longe das qualidades que definem a vida urbana. É o que se nota especialmente nos bairros situados além da barreira da Via Dutra, com acessos precários ao centro de Aparecida (Figura 10).



Figura 9 – Novas construções em disputa com a escala da Basílica Nacional.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2019).



Figura 10 – Configuração periférica no trecho além da via Presidente Dutra.
Foto: RIBEIRO-MOREIRA (2018).

O “culturalismo de mercado”, de acordo com Otilia Arantes (2002), constitui-se produto do processo de espetacularização da cidade, que converte cultura em capital, reordena o território e produz fronteiras invisíveis que legitimam as desigualdades sociais e a concorrência entre as cidades. Produzidos e financiados por meio de parcerias público-privadas, estes novos espaços, que surgem a partir da valorização do solo, oferecem novas atividades que desconsideram o antigo habitante. A espetacularização urbana se torna, em Aparecida, a lógica do arranjo da dinâmica urbana, que impõe um

padrão cultural de ação, pensamento e comportamento em função da principal atividade econômica ali presente.

A materialização da fé, por meio das práticas dos fiéis, cria territórios religiosos com o objetivo de atender as suas demandas, muitas vezes controladas por parte da Igreja que, apesar de seu caráter privado, passa a ser um dos agentes de política e do planejamento da organização territorial. Por meio da fé, a cultura se sacraliza.

De acordo com Nestor Garcia Canclini (2005), a cultura só pode ser entendida em seus processos de produção, circulação e consumo. Certamente, esse entendimento tem relação direta com os diferentes significados que a cultura adquire no caminho. Dimensão simbólica entre o sagrado e o profano, a religião, por meio da cultura da fé, se torna não só um forte instrumento de poder como um dispositivo a serviço do mercado.

Transformada em produto, a dimensão sagrada tem seus elementos reificados descolados de seus sentidos originais (CARVALHO, 2005). Em um movimento de reafirmação e sobrevivência da dimensão espiritual, as demandas do mercado acabam por ditar as emergências simbólicas dos agentes reguladores e por estimular, por meio da sua espetacularização, as estruturas que dão suporte a sua sustentação.

Em Aparecida, Estado e Igreja, agentes reguladores do espaço material da cidade, têm, como lógica de ordenamento de seus poderes, o espaço simbólico da religiosidade. Tanto é verdade que é a Igreja que institui o calendário oficial de eventos da cidade e que submete à administração pública sua organização. Territorializados, o espaço profano e o sagrado fazem, da fé, dispositivos para a racionalidade da construção do espaço, que, empiricamente, carrega a lógica do arranjo da dinâmica urbana.

Caminhos da Fé para uma Conclusão?

Para a maioria das pessoas que visita Aparecida não é possível deixar de se impressionar com a escala monumental do conjunto do Santuário, reforçada por sua própria situação, no topo da colina a imperar – ainda – sobre o restante da paisagem. Torna-se difícil imaginar que tudo se iniciou com uma humilde imagem de barro, encontrada no leito do rio pelo povo pobre que vivia naquele local, a partir da qual se atribuiu muitos milagres. As construções mais impactantes à visão são erigidas em alvenaria, tijolos e mármore, objeto concreto, que envolve a multidão aninhada em seu interior. As demais são criações abstratas, trabalhadas cuidadosamente para a edificação ao culto da Padroeira do Brasil. São construções sobrepostas, sendo que a segunda não se constringe ao limite das edificações. É essa construção, a abstrata, que está presente, em forma física, em tantos lares quantos são os “Brasis”, reproduzidas nas imagens em gesso ou impressas nos mais variados suportes.

O conjunto da obra do Santuário Nacional representa, neste quadro, a síntese contemporânea do município, onde se materializam no espaço urbano três aspectos relevantes da sociedade: a fé popular, o investimento público e o privado, três fatores que se manifestam na construção de um espaço onde convivem peregrinos, religiosos, comerciantes e agentes do poder público. Mas, esta construção está longe de constituir um conjunto homogêneo, livre de conflitos. Para além das diferentes formas de ocupação do espaço se deparam interesses e proposições, que devem ser elaborados coletivamente, contemplada a diversidade religiosa que aquela cidade deve comportar.

Desde o aparecimento da imagem, quando se iniciaram as peregrinações, a igreja vem construindo progressivamente a enorme estrutura para a recepção aos romeiros. Trata-se de um complexo comercial que busca oferecer à manifestação de fé sua inserção num certo modo de vida capitalista, definido como turismo religioso. Este é o fenômeno que movimenta a quase totalidade da economia aparecense. Um fenômeno tão forte que consegue não apenas envolver as diversas esferas do poder público na sua organização, mas, igualmente, mantê-la cativa e dependente de suas instâncias.

A administração do santuário tem realizado investimentos constantes na melhoria de sua estrutura particular. No entanto, estes não se sustentam em si. São também necessários investimentos em políticas públicas na cidade laica. Assim, é a Igreja que busca investimentos significativos de bancos públicos, para complementar obras, a exemplo de implantação de infraestrutura em espaços além dos muros do Santuário.

No espaço público rebatem as atividades promovidas no espaço do Santuário, aquelas que geram o enorme fluxo de turistas para toda a cidade, trazendo movimento ao comércio e demais serviços, especialmente nos setores de alimentação e hotelaria. Contudo, tal movimento não se dá de maneira constante. Por mais que o Santuário tenha diversificado suas atividades e criado novos eventos além da data magna da Padroeira do Brasil, em 12 de outubro, estes implicam em graus de sazonalidade. Para amenizar o impacto do grande número de turistas e a inconstância de suas visitas, o município atua em conjunto com os governos federal e estadual na construção de infraestrutura para promover o turismo religioso de forma segura e confortável, fato que implicaria em igual segurança para o governo municipal.

Essas questões são prioridade para o poder público municipal, revelando-se como fator estrutural para o planejamento urbano no município. O último trabalho considerado pela Prefeitura Municipal de Aparecida, o hoje antigo Plano Diretor de 2006, previa importantes intervenções no espaço público da cidade a fim de estruturar o município para o crescimento dessa atividade, conforme foi observado no corpo desse trabalho. Trata-se de um projeto que demonstra a relevância dos trabalhos de planejamento urbano na prevenção de impactos que podem comprometer a convivência entre romeiros e população residente.

Cabe destacar a particularidade da motivação deste estudo, originária dos conflitos resultantes do turismo religioso, capazes de construir e transformar o espaço urbano de uma cidade, movimentando a sua economia e as diversas esferas de governo na organização e estruturação destas atividades. Deste processo dependerá o desenvolvimento econômico e social da região em padrões coerentes com os anseios contemporâneos das cidades brasileiras neste início de século.

O turismo representa cerca de 8% do PIB brasileiro (7,9% em 2017) e se constitui, no setor de comércio e serviços, seu maior empregador (turismo.gov.br). Esse fato possibilita uma certa analogia com a atividade de turismo religioso em Aparecida, onde o turismo, conduzido pelos Redentoristas exerce, em aproximação com a da teoria de François Perroux (1967), o papel da empresa motriz nas atividades de preços, fluxos e antecipações, bem como ações de dominação e liderança. Entretanto, verifica-se que, para se consolidar tal situação, ainda precisam ser fortalecidas as relações com os demais municípios de seu entorno, em função do monopólio da igreja que administra a maioria das atividades de turismo no local.

Ao observar a disputa de territórios em Aparecida torna-se difícil não inscrever este caso em uma lógica de mais longa duração. Afinal, no passado, outros templos também tiveram sua finalidade alterada, seu entorno ocupado, seu domínio físico e simbólico diminuído no conjunto do espaço e das práticas sociais.

Ao contrário do conjunto do Santuário Nacional, culminado pela Basílica no alto do Morro dos Pitãs e que pouco a pouco se esconde do conjunto, a acrópole de Atenas ainda conserva, mesmo que em ruínas, um outro templo, o Partenon, a dominar uma das paisagens mais emblemáticas do mundo clássico. Talvez, a nova basílica mais se aproximasse das catedrais góticas, onde o espaço interior conduzia os fiéis a elevar suas orações ao reino do Céu enquanto seu exterior se fartava de detalhes ornamentais inacessíveis aos olhos humanos posto que esculpidos aos “olhos” de um Criador maior. Não foi assim com a Notre Dame de Paris até que o Barão Haussmann arrasasse várias quadras para criar o *parvis* de Notre Dame? Não em Aparecida. Ali, cada vez mais a majestuosidade do templo é restrita a quem dele muito se aproxima, mas, não pelas razões da fé como no mundo cristão medieval. Ao caminhar pelas ruas da velha Aparecida e, de lá observar as representações do sagrado e do profano, Cristo talvez se irritasse, com a mesma veemência com a qual expulsou os vendilhões do templo de Jerusalém.

Referências Bibliográficas

ARANTES, O. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRUSTOLONI, J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. Aparecida: Editora Santuário, 1998.

CARVALHO, J. J. Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, ano 14, v. 21, n. 1: 39-76, 2010.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 2005.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CORIOLOANO, L. N. Do local ao global. Campinas. Gil Filho, S.F. (2008). *Espaço sagrado: estudo em geografia da religião*. Curitiba: IBPEX, 1998.

DÉBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GODOY, A. S. Aparecida: espaços, imagens e sentidos. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

IBGE. Censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. Brasília.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (*La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos), 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

OLIVEIRA, C. D. M. *Um templo para cidade-mãe: a construção mítica de um contexto metropolitano na Geografia do santuário de Aparecida/SP*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. Porto: Livraria Morais, 1967.

ROSENDAHL, Z. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: Eduerj, Nepec, 1996. 89p.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

_____. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C (Orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 1982.

SANTOS, M. G. M. P. A difusão espacial de um Santuário: apontamentos para o estudo da dimensão extraterritorial de Fátima. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 51-65, 2008.

SHARON, Z. *Naked City The death and life of authentic urban places*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Anti-pode*, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

VAINER, C. Pátria empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Páginas da Internet:

<https://www.a12.com/santuاريو/santuاريو-em-numeros>. Acesso em: jan. 2019.

<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/03/mpf-investiga-construcao-de-teleferico-em-aparecida-sp.html>. Acesso em: set. 2019.

<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/videos/v/aparecida-inaugura-trem-turistico-entre-basilica-e-porto-itaguacu/7747384/> Acesso em: nov. 2019.

<https://www.youtube.com/watch?v=wtEd2OFOLzk>. Acesso em: nov. 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=caj0hWkuZLE>. Acesso em: nov. 2019

<https://www.a12.com/santuاريو/imprensa/releases/santuاريو-nacional-inaugura-trem-e-pedalinho-na-cidade-do-romeiro>. Acesso em: nov. 2019

<http://www.a12.com/redentoristas/institucional/detalhes/historia-redentoristas-de-sao-paulo>. Acesso em: nov. 2019.

[http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us\\$-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us$-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html). Acesso em: nov. 2019

Recebido em: 17/10/2019

Aceito em: 21/01/2020

¹ A página da revisão do Plano Diretor especifica o apoio do Santuário Nacional e a consultoria da Vallenge Engenharia, empresa sediada em Taubaté, que, segundo o site da própria empresa, tem em seu portfólio muitos planos e projetos executados para o Santuário Nacional. Considerando-se que a Prefeitura Municipal não estabeleceu concurso para a licitação de consultoria para o desenvolvimento do Plano Diretor, deve ser considerada, portanto, a sugestão de que sua contratação é devida diretamente ao apoio e intervenção do Santuário.

² As obras do teleférico, em 2012, causaram polêmica manifestada no edital de *O Lince*, de título *Dominus Noster*, que acusa a administração do Santuário de “entrar na fase mais agressiva de seu grande projeto de implantação de uma estrutura para a prática de um turismo de confinamento (...) que permitirá aos gestores congregados manter o romeiro-turista (...), nos limites dos espaços comercialmente administrados pelo santuário”, afirmações rebatidas pelo redentorista Pe. Cesar Moreira com o título de *Os inescrupulosos Redentoristas* onde diz que “essa postura de certa parte de aparecidenses é antiga e recorrente” e que a acusação de maneira tão crua e desonesta “de ter perdido o ideal e o sentido da nossa vida e de nosso trabalho ofende-nos profundamente” (www.jornalolince.com.br, 2012/dez–2013/fev).